

**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO
2021 – 2026**

**Poder Judiciário do Estado
do Espírito Santo**

MESA DIRETORA

Biênio 2020-2021

Presidente: Des. Ronaldo Gonçalves de Sousa

Vice Presidente: José Paulo Calmon Nogueira Da Gama

Corregedor Geral: Des. Ney Batista Coutinho

Tribunal Pleno

Des. Adalto dias Tristão.
Des. Manoel Alves Rabelo
Des. Pedro Valls Feu Rosa
Des. Sergio Bizzotto Pessoa De Mendonça
Des. Annibal de Rezende lima.
Des. Sergio Luiz Teixeira Gama
Des. Ronaldo Gonçalves De Sousa
Des. Fabio Clem De Oliveira
Des. Samuel Meira Brasil Junior
Des. Ney Batista Coutinho
Des. José Paulo Calmon Nogueira Da Gama
Des. Carlos Simões Fonseca
Des. Namyr Carlos De Souza Filho.
Des. Dair José Bregunce De Oliveira.
Des. Telêmaco Antunes De Abreu Filho
Des. Willian Silva
Des^a. Eliana Junqueira Munhoz Ferreira
Des^a Janete Vargas Simões
Des. Robson Luiz Albanez
Des. Wallace Pandolpho Kiffer.
Des. Jorge Do Nascimento Viana
Des. Fernando Estevam Bravim Ruy
Des. Ewerton Schwab Pinto Júnior.
Des. Fernando Zardini Antônio
Des. Arthur José Neiva De Almeida
Des. Jorge Henrique Valle Dos Santos
Des^a Elisabeth Lordes
Des. Convocado Raimundo Siqueira Ribeiro.

Sumário

Apresentação.....	05
A Estratégia Nacional	06
Metodologia	07
Identidade Estratégica.....	08
Perspectivas Estratégicas.....	09
Mapa Estratégico.	11
Objetivo Estratégico.....	12
Iniciativas Estratégicas.....	13
Catálogo dos Objetivos Estratégicos e das Iniciativas estratégicas associadas, relacionados com os Macrodesafios fixados pelo CNJ.....	14
Considerações Finais.....	18

Apresentação

A formulação do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo obedeceu às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça para sua adequação à Estratégia Nacional, conforme previsto na Resolução CNJ nº 325 de 29 de junho de 2020 e referente ao período iniciado em 2021 com término previsto para o ano de 2026.

A necessidade de elaboração do novo Planejamento Estratégico do PJES levou à instituição do Ato Normativo nº 032 de 13 de abril de 2021. A constituição do Grupo de Trabalho para a elaboração do Planejamento Estratégico previu a participação efetiva de magistrados de primeiro e segundo graus, servidores e demais integrantes do sistema judiciário, sendo garantida a contribuição da sociedade.

Nesse contexto a formulação do Planejamento Estratégico do PJES foi iniciada com uma Consulta Pública realizada em janeiro de 2021 e que teve a finalidade de auxiliar na construção dos cenários prospectivos, indispensáveis para as escolhas, conforme constam da revisão do Plano Estratégico, vigente durante o período de 2015 -2020, que ora finda.

Conforme diretriz do CNJ e com base na metodologia do Balanced Scorecard – BSC foi formulado o Mapa Estratégico, contemplativo de 23 objetivos estratégicos distribuídos em 03 perspectivas: Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento.

Sob a premissa de fortalecer a identidade do Poder Judiciário Estadual, bem como estabelecer a sua forma de atuação, estão identificadas no Planejamento Estratégico 2021-2026, a Missão, Visão e Valores que servirão de diretrizes para a atuação institucional.

A Estratégia Nacional

Conforme editada pelo Conselho Nacional de Justiça, a Resolução 325 de 29 de junho de 2020 estabeleceu os pressupostos de atuação do Poder Judiciário para o período 2021-2026.

As diretrizes orientam para uma atuação uniforme no âmbito do Poder Judiciário e o fortalecimento da nossa capacidade de enfrentamento dos Macrodesafios propostos até o ano de 2026. Dessa forma é que foram escolhidos os objetivos estratégicos e constituída as bases para a formulação das ações que consolidarão a estratégia.

Importante destacar que a Estratégia Nacional, conforme pressupostos estabelecidos, leva em consideração a necessidade de que cada órgão do Poder Judiciário atue na direção de estabelecer convergência de suas ações de forma a potencializar todos os esforços no enfrentamento dos desafios estabelecidos para a conquista de excelência de atenção ao jurisdicionado.

Ainda merece destaque que para o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, conforme definido pelo CNJ, será realizado “precipualemente por meio de: Indicadores de Desempenho, Metas Nacionais e diagnósticos para verificar realização de iniciativas estratégicas (programas, projetos e ações) que visem alcançar os Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário)”¹.

¹ Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (documento editado pelo CNJ)

Metodologia

O processo revisional do Planejamento Estratégico com vistas ao período 2021-2026 foi iniciado mediante a realização de Consulta Pública no mês de janeiro de 2021, sendo que ainda no ano de 2020, após a edição da Resolução CNJ nº 325 de 29 de junho de 2020 foram realizadas as primeiras abordagens relacionadas com o cronograma e de atividades para a elaboração e edição do novo texto do PE – 2021-2026.

Para a elaboração da nova formulação estratégica foram consideradas as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça. As informações foram disseminadas nas reuniões setoriais realizadas com todos os segmentos do Tribunal, de forma a orientar as tratativas levadas a termo.

Ao longo do período foram realizadas as seguintes atividades:

- Aprovação do Cronograma de Trabalho
- Reunião da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica – APOGE com as áreas administrativas para validação das propostas de alteração. Análise e compilação das informações recebidas.
- Reuniões setoriais para apresentação das diretrizes de trabalho, com fixação de agenda para a entrega das discussões realizadas internamente pelos setores.
- Elaboração da minuta de Resolução do novo Planejamento Estratégico 2021-2026

Identidade Estratégica

A identidade estratégica do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo reflete os pressupostos de sua atuação. Dessa forma estabelecidas a *Missão*, a *Visão* e os *Valores* estão definidos: o propósito de sua atuação, aonde pretende chegar até o ano de 2026 e os princípios que pautam a sua atuação institucional.

Missão

“Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do estado democrático de direito”.

Visão

Ser uma instituição que promove a Justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência.

Valores

Celeridade, Eficiência, Ética, Transparência, Imparcialidade, Modernidade, Acessibilidade, Responsabilidade Sócio Ambiental.

Perspectivas Estratégicas

As perspectivas estratégicas explicitam, de acordo com o modelo de gestão do BSC - Balanced Scorecard, a visão organizacional a partir de um conjunto de objetivos organizacionais aptos ao enfrentamento dos Macrodesafios fixados para o Poder Judiciário, como um todo, e identificados no Mapa Estratégico.

A partir de uma lógica integrativa das perspectivas organizacionais é possível pensar que o alcance de cada objetivo contribui em harmonia para realização da missão institucional. Tal situação decorre da relação de causa e efeito entre os diversos componentes da análise estratégica, definidos pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça e, reproduzidas na formulação estratégica do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, são apresentadas três perspectivas:

Sociedade

Essa perspectiva define a própria missão institucional: o Tribunal existe para assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. São as entregas obrigatórias, devidas à sociedade capixaba.

Processos Internos

Nesta perspectiva estão os objetivos estratégicos relacionados com a prestação jurisdicional mais célere e eficiente, aumento da produtividade e a governança judiciária.

Aprendizado e crescimento

Compreende a dimensão de valorização e desenvolvimento de pessoas, cujo foco principal é a preparação da instituição para acompanhamento e enfrentamento das mudanças. Também compreende os objetivos de sustentação do Poder Judiciário, ligados aos recursos orçamentários financeiros tecnológicos fundamentais para o alcance das estratégias organizacionais.

Mapa Estratégico

Missão	“Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do estado democrático de direito”.
Visão	Ser uma instituição que promove a Justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência.
Valores	Celeridade, Eficiência, Ética, Transparência, Imparcialidade, Modernidade, Acessibilidade, Responsabilidade Sócio Ambiental.

Perspectivas e Objetivos Estratégicos

Sociedade	Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça.	Promover a acessibilidade	Incentivar Programas Permanentes de Cidadania	Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade.	
Processos Internos	Garantir efetividade na Prestação Jurisdicional	Combater a corrupção e a improbidade administrativa	Estruturar o Sistema de Meios Alternativos de Solução de Conflitos.	Consolidar o sistema de Precedentes Obrigatório	Promover a Sustentabilidade
	Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal	Fortalecer a Governança Institucional	Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais	Consolidar a valorização de magistrados e servidores	Garantir a aplicação de recursos Orçamentários e Financeiros na Execução da Estratégia
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoar a Governança e Gestão de TIC	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Aprimorar as aquisições e contratações de TIC	Aumentar a satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	Promover a Transformação Digital
	Buscar a Inovação de Forma Colaborativa e Promover serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores			

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico estão correlacionados com os Macrodesafios fixados na Estratégia Nacional 2021-2026, pelo Conselho Nacional de Justiça e têm o condão de identificar os resultados que a organização pretende atingir. Os objetivos estratégicos se alinham para viabilizar a missão institucional e a sua visão de futuro, bem como ressaltar os valores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.



Iniciativas Estratégicas

As Iniciativas Estratégicas são necessárias para alcance dos Objetivos Estratégicos. Elas são orientativas e representam a base para a formulação de projetos, programas e ações que impulsionarão a execução da Estratégia no período de 2021-2026.

Catálogo dos Objetivos Estratégicos e das Iniciativas estratégicas associadas, relacionados com os Macrodesafios fixados pelo CNJ.

MACRODESAFIO CNJ 01: Garantia Dos Direitos Fundamentais

S.01.01 - APERFEIÇOAR E INCREMENTAR AS POSSIBILIDADES DE ACESSO À JUSTIÇA.

S.01.01.001 – Impulsionar a justiça digital

S.01.02 - PROMOVER A ACESSIBILIDADE

S.01.02.001 – Implantar o Programa de Acessibilidade

MACRODESAFIO CNJ 02: Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

S.02.01 - INCENTIVAR PROGRAMAS PERMANENTES DE CIDADANIA

S.02.01.001 - Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica

S.02.01.002 - Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao Adolescente

S.02.02 - APRIMORAR O RELACIONAMENTO COM OS JURISDICIONADOS, OPERADORES DO DIREITO E A SOCIEDADE.

S.02.02.001 - Promover a comunicação aproximativa entre as pessoas e públicos do Poder Judiciário

S.02.02.002 – Modernizar e Alinhar as ações de Comunicação do Poder Judiciário

MACRODESAFIO CNJ 03: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

PI. 03.01 – GARANTIR EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PI. 03.01.001 - Impulsionar a desjudicialização de processos de Execução Fiscal

PI. 03.01.002 - Aprimorar o Sistema dos Juizados Especiais

PI. 03.01.003 - Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional

MACRODESAFIO CNJ 04: Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

PI. 04.01 – COMBATER A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE

ADMINISTRATIVA

PI. 04.01.001 - Impulsionar processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública

MACRODESAFIO CNJ 05: Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

PI. 05.01 - ESTRUTURAR O SISTEMA DE MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

PI.05.01.001 - Desenvolver parcerias externas, objetivando a dinamização dos procedimentos de mediação e conciliação nas fases Preprocessuais e processuais.

PI.05.01.002 - Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.

PI.05.01.003 - Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC

MACRODESAFIO CNJ 06: Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios

PI.06.01 - CONSOLIDAR O SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

PI.06.01.001 - Implantar e Manter os sistemas informatizados e a gestão das informações do sistema de precedentes obrigatórios

MACRODESAFIO CNJ 07: Promoção da Sustentabilidade

PI. 07.01 – PROMOVER A SUSTENTABILIDADE

PI. 07.01.001 - Elaborar novo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJES)

PI. 07.01.002 - Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável – PLS

PI. 07.01.003 - Instituir Política de Responsabilidade Social do PJES

MACRODESAFIO CNJ 08: Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

AC. 08.01 – APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

AC. 08.01.001 - Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal

MACRODESAFIO CNJ 09: Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária

AC. 09.01 – FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

AC. 09.01.001 - Avaliar e contribuir com o aperfeiçoamento dos mecanismos de Governança da Gestão Administrativa do PJES

AC. 09.01.002 - Aperfeiçoar a Gestão Administrativa

AC. 09.01.003 - Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais

MACRODESAFIO CNJ 10: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

AC 10.01 – CONSOLIDAR A VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

AC. 10.01.001 - Fortalecer as Políticas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores do PJES

AC 10.01.002 - Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.

AC. 10.01.003 – Promover a adequação da força de trabalho

AC. 10.01.004 - Estruturar sistema informatizado na Secretaria de Gestão de Pessoas.

MACRODESAFIO CNJ 11: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

AC 11.01 – GARANTIR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

AC. 11.01.001 - Aperfeiçoar a execução orçamentária e financeira.

AC. 11.01.002 - Assegurar recursos para atendimento dos projetos

MACRODESAFIO CNJ 12: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

AC. 12.01 – APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO DE TIC

AC. 12.01.001 - Implantar Gestão de Demanda

AC. 12.01.002 - Aumentar o índice de Governança de TIC

AC. 12.01.003 - Buscar conformidade com normas e boas práticas de TIC

AC. 12.01.004 - Gerenciar e aprimorar os serviços de TI

AC. 12.01.005 - Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional

AC. 12.02 – APRIMORAR A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E A GESTÃO DE DADOS

AC. 12.02.001 - Aprimorar a Segurança da Informação

AC. 12.02.002 - Implantar e gerenciar o atendimento à LGPD

AC. 12.03 - APRIMORAR AS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE TIC

AC. 12.03.001 - Elaborar e executar o Plano de Contratações de TIC

AC. 12.04 - AUMENTAR A SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA JUDICIÁRIO

AC. 12.04.001 - Reduzir o tempo de atendimento às demandas de TIC dos usuários

AC. 12.05 - PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

AC. 12.05.001 - Ampliar a utilização de sistema processual eletrônico a 100% das unidades

**AC. 12.06 - BUSCAR A INOVAÇÃO DE FORMA COLABORATIVA E
PROMOVER SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E SOLUÇÕES
CORPORATIVAS**

AC. 12.06.001 - Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas

**AC. 12.07 – RECONHECER E DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS DOS
COLABORADORES**

AC. 12.07.001 -- Regulamentar e Implantar o Plantão na STI

AC. 12.07.002 - Elaborar e executar Plano de Capacitação

Considerações Finais

O Planejamento Estratégico 2021-2026 estabelece os parâmetros de atuação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo para os anos seguintes. As reflexões trazidas com esse novo documento explicitam a melhor e possível adequação do Poder no que se refere à construção de uma agenda positiva para o enfrentamento dos Macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça.

As próximas decisões no âmbito deste Tribunal serão direcionadas pelo conhecimento da estratégia e dessa forma os setores serão sensibilizados à formatação de programas, projetos e ações que servirão como instrumentos de alcance das metas fixadas. Os resultados serão alcançados na medida em que a utilização do modelo proposto se torne um processo sistemático, dentro do Tribunal.

A avaliação e validação permanente dos indicadores atribuídos a cada iniciativa estratégica servirá para a consolidação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo como uma organização orientada pela estratégia, ou seja, estimulando todos os magistrados e servidores ao alcance de sua visão institucional.